

A SIGNIFICAÇÃO DOS SINTAGMAS NOMINAIS NUM DISCURSO POLÍTICO (CENSURA: A IMAGEM DO MEDO de 19 de outubro de 1973)

Suani de Almeida Vasconcelos*

RESUMO: *O presente trabalho tem por objetivo analisar a significação nominal do discurso político “Censura: imagem do medo”, de autoria do ex-deputado federal Francisco Ferreira Pinto dos Santos (Chico Pinto), proferido em 19 de outubro 1973. A fim de atingir esse objetivo, tomou-se, como aporte teórico, a Nova Retórica, principalmente os trabalhos desenvolvidos por Chaïm Perelman ou baseados neles. São analisadas expressões que compõem o processo argumentativo-persuasivo utilizadas pelo deputado, em seu discurso, considerando as relações entre orador e auditório.*

Palavras-chave: Discurso; Significação; Retórica

INTRODUÇÃO

O presente trabalho insere-se na pesquisa de mestrado em desenvolvimento junto ao Programa da PPGLL da Universidade Federal da Bahia, na área de Lingüística Aplicada, iniciado em 2003. Essa pesquisa tem por objetivo estudar os processos de significação nominal presentes no discurso do então Deputado Federal Francisco Ferreira Pinto dos Santos (Chico Pinto), de 19 de outubro 1973, apresentado na Câmara dos Deputados (Câmara Legislativa Federal), tendo como aporte teórico a Nova Retórica de Chaïm Perelman, haja vista o caráter persuasivo que esses discursos adquirem no seu contexto imediato, e a importância que o auditório (receptor) tem nesse contexto de enunciação.

O período da ditadura militar, iniciado na década de 60, estendendo-se até meados dos anos 80, tornou-se o palco central das questões sócio-políticas trazidas por Chico Pinto em seus discursos. Neste discurso, em particular, há toda uma preocupação evidente com a preservação artístico-cultural brasileira daquele momento que, aliás, teve grande repercussão no clamor popular por mais liberdade de expressão e contribuiu para a tomada de consciência política por parte da camada estudantil e sindical. As Forças Armadas, representadas por seus membros de alta patente, constitui-se, em grande parte, na temática dos discursos dos políticos antigovernistas, assim, sofrendo as sanções advindas pelas atitudes consideradas subversivas.

O discurso intitulado “Censura: imagem do medo” faz parte de uma coletânea de outros discursos produzidos pelo ex-deputado, os quais se constituem num conjunto de produções que refletem a sua resistência política às opressões da Ditadura Militar, denunciando e revelando as ações da censura e do estado totalitário durante o período do governo dos Generais Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel, entre os anos de 1971 e 1974.

DISCURSO E SENTIDO

O estudo da significação nominal sempre requer muito cuidado e atenção principalmente no que tange ao valor que as palavras assumem num determinado contexto, pois ali elas podem adquirir sentido muito diverso do seu uso habitual. No campo da Análise do Discurso (AD),

* Mestranda em Lingüística Aplicada no PPGLL da Universidade Federal da Bahia. Orientanda do Prof. Dr. João Antonio de Santana Neto. E-mail: suanivasconcelos@bol.com.br.

ainda mais se faz premente tal preocupação já que outros aspectos devem ser evidenciados num processo analítico, tais como as condições de produção, a formação discursiva, o próprio sujeito do discurso dentre outros.

As palavras, nessa perspectiva, não são donas de si mesmas, não possuem uma significação estática, mas sim precisam ser vistas dentro de uma rede altamente complexa de relações que é o texto, e os diversos sentidos que podem estabelecer a partir dessas relações que entram umas às outras. Não só os indicadores lingüísticos serão necessários para se fazer estudo semântico, mas também os aspectos adjacentes ao texto representados pelas relações sócio-históricas e até mesmo ideológica as quais o sujeito do discurso faz parte, como afirma Ilari e Geraldty (1995, p. 6):

a semântica é um domínio de investigação de limites moveidões; (...) em oposição à imagem integrada que a palavra ciência evoca, a semântica aparece, em suma, não como um corpo de doutrina, mas como o terreno em que debatem problemas cujas conexões não são sempre óbvias.

As condições sócio-históricas, subsidiadas por um mergulho nos aspectos ideológicos, vão funcionar como bússola para a compreensão da escolha temática e da própria tessitura discursiva as quais são de fundamental importância para a seleção das expressões usadas para enfatizar idéias, assim como do vocabulário utilizado para qualificar ou desqualificar os personagens envolvidos.

Tomando-se o discurso como um espaço social de debate e de luta, os aspectos históricos, ideológicos e sociais ganham imensa importância, haja vista que o sujeito do discurso e seu interlocutor não estão alheios a esse confronto, mas constituem-se como personagens nesse processo interativo. O funcionamento discursivo encontra aí seu ponto de apoio, ou seja, só se estabelece quando se leva em consideração os elementos mediadores da interlocução que extrapolam o meramente lingüístico, a exemplo da tríade sugerida por Orlandi (2001, p.132) para explicar o mecanismo de funcionamento do discurso: CP (condições de produção), FD (formação discursiva) e FI (formação ideológica) todas mediadas pelo funcionamento discursivo. Conceito tomado em Foucault (*apud* BRANDÃO, 1995, P.33), a FD é uma espécie de reguladora do discurso, já que tem como implícitos os lugares sociais ocupados pelo sujeito-enunciador, determinando, assim, o que se produz em termos de idéias e das ideologias condicionadoras aí presentes.

As condições sócio-históricas são de extrema importância para a AD, no que diz respeito à construção do sentido, pois este àquela está subordinado. Mudando-se as condições sociais e históricas, também o sentido do discurso é alterado e, quando o sentido muda, certamente será em outro contexto sócio-histórico, “em outras palavras, pode-se dizer que, para a AD, os sentidos são historicamente construídos” (MUSSALIM, 2003, p.123).

Discurso, condição de produção e sentido estão interligados na constituição textual, marcado pela heterogeneidade ideológica. O texto, então, se configura como oposições discursivas que se contrastam em condições históricas específicas. Estas forças oposicionistas são conduzidas e materializadas, dentro do discurso, pela formação ideológica, ou seja, uma rede complexa de atitudes e posições histórico-sociais assumidas pelo sujeito que estabelecem o jogo de forças dentro do texto.

No discurso, ora analisado, serão tomadas, como elementos evidenciadores desse funcionamento, as categorias nominais de substantivo e adjetivos numa relação ambivalente, isto é, substantivos funcionando, no sintagma, como adjunto adnominal ou o próprio adjetivo, evidenciando, também, como os adjetivos selecionados alteram o significado do nome ao qual se ligam no sintagma nominal (SN), a partir do contexto da enunciação.

DISCURSO E A SIGNIFICAÇÃO NOMINAL

Os nomes desempenham um papel importante na construção discursiva principalmente no que tange ao efeito de sentido que adquirem num contexto próprio em que são enunciados. Sua flexibilidade semântica, mesmo que relativa, proporciona a tomada de significação variada, gerando com isso um aspecto polissêmico, característico das palavras quando participantes de uma interação entre locutores.

O signo, sendo uma estrutura arbitrária, mas limitada, adquire significação diversa, na língua, com o decorrer do tempo, pois a alteração lingüística ocorre no transformismo do grupo social, no qual ela é falada. No campo da fala, mais precisamente, é que se observam essas e relações de significado compostas na estrutura triangular propostas por Ogden e Richards (*apud* MARQUES, 1996, p.60), tendo em cada vértice **nome - sentido - coisa**. A partir desse modelo tripartido, porém inter-relacionado, é que se pode notar o efeito de sentido buscado pelo locutor no momento da enunciação. Aliás, nota-se também como nome (apresentação fonética) e coisa (referente) não estão ligados diretamente, mas mediado pelo sentido (idéia que o nome veicula), diferentemente das onomatopéias quando há uma proximidade entre nome e coisa.

Nas relações nominais (substantivo/adjetivo), no sintagma, o sentido é conseguido pela conjunção de significado que a palavra possui, associada à estrutura discursiva que da qual faz parte. Para essa estrutura discursiva, Orlandi (2001, p.131) apresenta uma relação tripartida por onde circula, em mão dupla, isto é, sua complementaridade, o sentido do discurso, tendo sempre como base o aspecto ideológico do qual faz parte, a saber: **CP** (condições de produção) - **FD** (formação discursiva) - **FI** (formação ideológica)

Observa-se, então, que, para a AD (análise de discurso), o discurso, em seu processo de circularidade, não está desprovido da relação que estabelece com a situação material de sua constituição (interlocutores e objeto o discurso - CP), de suas marcas lingüísticas que o caracterizam (FD) e do meio social do qual emerge (FI). Esses elementos constitutivos do discurso, em sua inter-relação, estabelecem o funcionamento discursivo calcado nas marcas ideológicas particulares que estão presentes na interação entre os interlocutores.

Importa salientar também que a análise das estruturas menores que compõem a língua, como as categorias morfológicas, por exemplo, são não vistas isoladamente, mas sim no processo de funcionamento do discurso, materializado pelo texto. A palavra, assim, adquire um *status* diferenciado daquele garantido pela gramática ou pelo dicionário, haja vista seu caráter ideológico, pois, "a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico" (BAKHTIN, [1929] 2002, p.95), ou ainda, numa perspectiva mais ampla de linguagem, nas palavras de Carlos Vogt (1990, p.72): "O homem, carregado das relações deste universo de significações culturais, é ele próprio um signo constantemente interrogado por suas ações e constantemente voltado para a interrogação dos signos, que são a linguagem".

Outro aspecto importante, quanto à compreensão da significação nominal, é a relação morfossintática que os componentes do sintagma estabelecem, estruturados numa organização própria da língua, da qual o falante-ouvinte pode atribuir significado a partir daquilo que conhece pela experiência social compartilhada. Secundado pelas condições históricas e demais outras variantes sociais, os usuários da língua conseguem identificar os componentes semânticos das sentenças, permitindo o estabelecimento do processo interativo, no plano oral ou no plano da escrita, como afirma Marques (1990, p.131):

Torna-se preciso juntar ao conhecimento dos fatores que possibilitam a produção e interpretação de formas da língua em isolamento, em nível abstrato-conceitual, o conhecimento dos fatores que interferem na utilização da língua



em atos de comunicação verbal, contextual e circunstancialmente condicionados.

No discurso analisado, o binômio nome-nome, numa relação entre categorias morfológicas (substantivo/adjetivo), estabelece, em muitos trechos da tessitura discursiva, uma caracterização (através do modificador) do sistema político brasileiro daquele momento. Essa caracterização é estabelecida a partir das condições históricas de produção, materializando-se pelo uso sistemático de sentenças com sentido oposto às ações práticas dos censores, mas investidas de força semântica própria para a circunstância enunciativa, compondo, assim, a formação discursiva, e, por fim, evidenciando o sujeito (locutor), isto é, o lugar social de onde provém o discurso: a formação ideológica.

Deste processo, nota-se como o sentido conseguido, pelas expressões adjetivadas, produz um efeito estético próprio de um discurso desconstrutor da ordem vigente, emergindo de um contexto histórico que reprimia duramente as críticas à autoridade constituída. Vê-se, então, que as relações contextuais garantem efeito pretendido, produzido pela intenção do locutor (ex-deputado), sobre o tema tratado (enunciado) para um determinado alocutário (deputados de esquerda e de direita da câmara federal).

ANÁLISE SEMÂNTICO-ARGUMENTATIVA

As relações de significado que serão analisadas, neste discurso, não prescindirão do mecanismo de funcionamento discursivo, priorizando-se as relações sintáticas estabelecidas entre categorias gramaticais, sem desconsiderar, contudo, os valores semânticos conceituais.

Como um discurso eminentemente político, a escolha lexical feita pelo autor, assim como a composição sentencial, não foi descuidada, isto é, à margem de uma intencionalidade, mas, ao contrário, a seleção aponta o valor e a carga semântico-ideológico e retórica que se pretende atingir. Característica de um gênero discursivo deliberativo (ARISTÓTELES [VaC] 1979, p.52), ou seja, típico das assembleias políticas, a escolha vocabular prende-se a um determinado objetivo que é atingir o alocutário mais imediato, representado pelos deputados da câmara federal, na forma de denúncia das ações coercitivas da ditadura, a fim de que os mesmos, envolvidos pelo clima de escândalo, sentissem seu ânimo afetado e, assim, fossem persuadidos a aliar-se às idéias ali expostas.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) chamam atenção sobre o impacto que o ato retórico (persuasão) desempenha no ânimo dos ouvintes (auditório), quando estes são adequadamente estimulados à sua recepção, ao convencimento.

Mas, quando se trata de argumentar, de influenciar, por meio do discurso, a intensidade de adesão de um auditório a certas teses, já não é possível menosprezar completamente, considerando-as irrelevantes, as condições psíquicas e sociais sem as quais a argumentação ficaria sem objeto ou sem efeito. Pois toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual. (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.16)

O ambiente político do país, naquele momento, favoreceu ao arrefecimento dos ânimos, principalmente nos ativistas de esquerda, quando sofrem os embargos da censura na liberdade de imprensa e de expressão, que é, aliás, a temática central do discurso. A força ilocutória de seu discurso, representada pelas expressões com alta carga semântico-ideológica, compostas pelas adjetivações, serão, indubitavelmente, a estratégia mais eficaz de acesso aos ouvintes (auditório) no procedimento retórico.

Nota-se que a introdução do discurso já denuncia a situação política vivenciada, posta através do uso substituição do termo **censura**, tema central, para **inquisição** o qual retoma, no campo histórico-ideológico, um período de massacre, de perseguição, não só pela falta de liberdade de opinião, mas, acima de tudo, pela submissão total a um poder coercitivo e punitivo. E enfatiza também o avanço dessa autoridade constituída com poderes amplos e ação indiscutível em todo território nacional.

A inquisição brasileira está em plena escalada...(PINTO, 1973, p.01)

Identifica os personagens principais desse sistema de governo, comparando-os com atores sociais que ocupam profissões, os quais a observação e o controle fazem parte da própria essência dessas funções, como os **vigilantes** e **guardas**. Tais atores controlam o ir e vir dos transeuntes que se metaforizam aqui como as idéias (**trânsito das idéias**) que não podem circular de maneira livre e desimpedida, influenciando e desvirtuando a ordem nacional - **mão única**. A ideologia, ou melhor, aquela que vai de encontro aos paradigmas ideológicos vigentes, está sob o olhar cuidadoso e atento dos **guardas** que zelam pelo bem-estar da nação.

Não nos surpreenderá se aparecer no cenário dos **vigilantes noturnos da cultura**, dos **guardas de trânsito ideológicos** que, em **posição de sentido**, indicam um caminho porque só enxergam **mão única** para o **trânsito das idéias...** (PINTO, 1973, p.01)

A expressão **posição de sentido** também desempenha função relevante, pois indica claramente quem esses atores estão metaforizando, no caso, as Forças Armadas. Ou seja, todo o período é extremamente rico de valoração ideológica, peculiaridade dos grupos políticos de esquerda, veiculada, do ponto de vista argumentativo, pelos adjuntos que modificam os substantivos referidos, a exemplo, **da cultura e de trânsito**.

Em virtude dos próprios métodos de "manutenção da ordem" utilizados pela ditadura e materializados por cortes nos filmes considerados subversivos pelos censores, a ocultação dos fatos e da verdade, ou mesmo sua deturpação, foi conduta normal daquele momento. Como decorrência desse estado de coisas, as palavras **violência** e **verdade** estão muito presentes no discurso e não dissociadas de sua carga semântica-ideológica, mesmo porque, para esse contexto, a violência reprime a verdade. O jogo das oposições semânticas entre esses vocábulos ganha maior força quando estes são bem articulados numa estrutura argumentativa que os valorize.

Num país onde a ordem está acima da lei e a segurança do governo acima de tudo, é uma teimosia querer sair dos paralelos estabelecidos, atravessar o **círculo de giz** traçado como **tapume divisório**, constitutivo da **verdadeira fronteira** entre a **verdade do governo** e a **verdade do mundo**. (PINTO, 1973, p.01)

A **verdade** é perseguida e sofre, a todo o momento, as ações repressoras e vigilantes do governo instituído e, para ela mostrar-se, tem que atravessar uma barreira que limita as duas grandes verdades: **do governo** e **do mundo**. O confronto, então, entre as verdades é de fundamental importância para revelar o quão distante se encontra o governo brasileiro das reais necessidades do seu povo e das transformações que o mundo atravessa.

O uso de sinônimos é outra estratégia marcante nesse discurso para compor a estrutura argumentativa. O sujeito do discurso busca, em todo o texto, evidenciar e caracterizar a **violência** através de outras palavras e/ou expressões que possam veicular, implicitamente, um sentido mais profundo, portanto mais intenso. Podem-se citar alguns exemplos como: **censura**, **golpeando**,



prazer sádico, mal, censura, vetos, alienação, cortes violentos, amputação, proibidas, dentre outras.

Uma outra estratégia persuasiva utilizada é a pergunta dirigida ao auditório, na qual a caracterização do sistema político já vai embutido através de sentenças fortemente marcadas pela carga semântica dos substantivos e de seus modificadores.

Mas afinal, Srs. Deputados, que imagem pode ter esta **esfinge disforme**, este **duende horrível** que nada respeita e tudo destrói? (PINTO, 1973, p.01)

Suscetibiliza-se, assim, o auditório, influenciando seu ânimo quanto à imagem que poderão fazer sobre o sistema governamental e, mais particularmente, sobre sua forma de agir contrária ao desenvolvimento cultural e artístico. Observa-se que as sentenças **esfinge disforme** e **duende horrível** já demonstram por si próprias a postura ideológica do locutor, e o que ele espera do alocutário, como representante da vontade popular. A deformidade das ações dos políticos brasileiros, coniventes com atitudes anti-democráticas, geram uma crise social que demonstra muito bem o perfil grotesco e nada confiável daqueles que deveriam proteger e apoiar o povo.

Assim, em todo o discurso, o sujeito-locutor apropria-se de palavras e compõe sentenças para atender sua empresa persuasiva, visando atingir, de forma direta, seu alocutário mais próximo, fazendo com que este se envolva psicologicamente pelas imagens sugeridas. Não negligencia o poder comunicativo que as palavras desempenham naquele contexto, marcadas pela significação que as mesmas adquirem quando presentes na estrutura argumentativa.

CONCLUSÃO

O estudo da significação nominal, em contextos específicos, requer uma percepção mais ampla do poder e do sentido que as palavras podem adquirir. Neste discurso, em especial, nota-se que a escolha vocabular foi cuidadosamente preparada com finalidade persuasiva, aliás, característico dos discursos deliberativos que visam atingir as assembleias.

Pela própria natureza do discurso político, as estruturas do funcionamento discursivo é claramente evidenciada, pois não são deixados de lado os aspectos sócio-histórico e ideológico que são fundamentais para o efeito de sentido. O sentido, então, é construído ao longo da costura argumentativa e fortalecido pela força semântica que as sentenças podem expressar.

A composição sentencial (nome e modificador) foi a marca mais evidente dessa construção discursiva, demonstrando, em todo o texto, os aspectos ideológicos do sujeito-locutor, isto é, do lugar social de onde emerge o discurso, seja na defesa de determinadas idéias, seja na crítica contundente a outras. Para tanto, utiliza-se de recursos lingüísticos que valorizam a construção discursiva, a exemplo da sinonímia, das metáforas, comparações e ironia.

A força semântica dos modificadores, revelada por certa agressividade de sentido, é pertinente ao momento vivido pelo político, já que o mesmo sofreu as sanções (prisão e tortura) pelos órgãos oficiais de combate à subversão e ao terrorismo.

A análise semântico-argumentativa dos discursos do político feirense Francisco Ferreira Pinto dos Santos revela o quanto sua produção escrita constitui-se numa importante fonte de estudo retórico, como também dos procedimentos argumentativos, haja vista a sua forte tônica elocutória e da sua importância histórica, como político ativo e participante das questões sociais, que se opôs ao regime ditatorial não só na esfera estadual como na federal.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. Trad. Antonio Pinto de Cavalho.SP: Clássicos Garnier da Difusão Européia do Livro,1979.

BAKHTIN, M. (V.N. Volochinv). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 7 ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

BRANDÃO, H.N. **Introdução à análise do discurso**. 6 ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

ILARI, R; GERALDI, J.W. **Semântica**. São Paulo: Ática, 1995.

ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

MARQUES, M.H.D. **Iniciação à Semântica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1996.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a Nova Retórica**. Trad. Maia Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VOGT, C. **Linguagem, Pragmática e Ideologia**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

DISCURSO DE FRANCISCO JOSÉ PINTO DOS SANTOS

CENSURA: A IMAGEM DO MEDO (19 DE OUTUBRO DE 1973)

O SR. FRANCISCO PINTO – MDB – BA- Sr. Presidente, Srs. Deputados, a censura brasileira está em plena escalada. O terreno é fértil para ela prosperar. Vai assaltando e destruindo, escalavrando e golpeando por onde passa qualquer manifestação de cultura livre. Não nos surpreenderá se aparecer no cenário dos vigilantes noturnos da cultura, dos guardas de trânsito ideológicos que, em posição de sentido, indicam um caminho porque só enxergarão mão única para o trânsito das idéias, alguém no Brasil que repita a frase célebre de Hans Johst – presidente da Câmara de Teatro do IIIo. Reich – “Quando ouço a palavra 10cultura, carrego o revólver”.

Aqui não se usa a frase. E não há para quem se apelar. Num país onde a ordem está acima da lei e a segurança do governo acima de tudo, é uma teimosia querer sair dos paralelos estabelecidos, atravessar o círculo de giz traçado como tapume divisório, constitutivo da verdadeira fronteira entre a verdade do governo e a verdade do mundo.

Censura-se a imprensa, o teatro, as obras de arte, a música, apreendem-se livros e, por fim, tenta-se acabar com o cinema nacional. Se este é o objetivo, de certo o conseguirão.

No confronto entre a violência e o talento inventivo não há idéia que resista, senão a da fuga. Mas é fuga passageira. A inteligência não se deixa subjugar por muito tempo, nem se submete à violência irracional.

O cinema nacional já não reclama: pede socorro. O próprio art. 19 do Decreto-Lei nº 43, de 18-11-66, que estabelece a obrigatoriedade da exibição de filmes nacionais, de acordo com a sua produção, acaba sem poder ser cumprido. Os diretores e produtores se autocensuram, mas isto não é o bastante. Para a Censura Federal é sempre pouco a autocensura que se faz. É um prazer sádico os cortes na imagem, no diálogo, nos títulos. O que fica é o resto, e pelo resto o público não quer pagar para assistir.

Do mesmo mal, sofre o teatro. De um lado, pleiteiam a regulamentação da profissão de artistas teatrais. O Presidente da República lembra que até as empregadas domésticas já estão inscritas no INPS, mas não dá um passo para essa regulamentação. Do outro lado, reivindicam a criação de um órgão da Censura Federal para onde encaminhariam recursos em favor das peças censuradas. A Censura que funciona em Brasília não explica as razões dos cortes e dos vetos. Esta reivindicação é ilusória. O mal não está na Censura ou nos censores de Brasília. Está no sistema implantado no País. Se recursos houvesse, seria para um órgão com as características e a filosofia do já existente.

O cineasta Leon Hirszmann, participando de um debate sobre cinema brasileiro na CNBB, destacou muito bem que o seu principal problema é a atuação dos órgãos de censura “que impedem a discussão e propiciam a alienação do povo em relação aos seus problemas”.

No momento, 17 filmes nacionais estão retidos, há tempos, no Departamento de Polícia Federal, aguardando certificado de liberação. A produção nacional, segundo dados divulgados, caiu em 60%, em relação aos anos anteriores. As empresas distribuidoras já estão com títulos protestados em cartório. Se não é bom negócio aos filmes brasileiros, não o são os estrangeiros que aqui chegando, depois de percorrerem o mundo, sofrem cortes violentos da censura que às vezes chegam a 30 minutos e que os transformam em exhibições anódinas e em fracassos de bilheteria. Quanto mais um filme é elogiado pela crítica cinematográfica e pelo público estrangeiro, mais amputações sofre pelos amputadores oficiais. É sabido que os melhores filmes produzidos na Europa e nos Estados Unidos não podem ser apresentados no Brasil. Há pouco tempo, algumas produções do chamado “cinema de nível” que sofreram cortes e foram liberadas,



tiveram sua quitação com a censura suspensa. Foram proibidas, definitivamente, de serem exibidas aqui.

Estes fatos começam a repercutir desfavoravelmente, comprometendo, segundo alguns, a nossa imagem no exterior. Mas, afinal, Srs. Deputados, que imagem pode ter esta esfinge disforme, este duende horrível que nada respeita e tudo destrói? Só tem uma verdadeira imagem: imagem do medo, do medo da verdade. (Muito bem. Palmas).